

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº , DE 2012
(Do Sr. Guilherme Campos)

Solicita ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, informações sobre a política aduaneira no Brasil.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 115 e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requero a Vossa Excelência que, ouvida a Mesa, seja encaminhado ao Excelentíssimo Ministro de Estado da Fazenda, Guido Mantega, pedido de informação a respeito da política aduaneira no Brasil.

Acerca do tema indaga-se:

- Qual o quantitativo de auditores fiscais atualmente em exercício no Brasil, e o custo de pessoal a eles associado, por unidade da federação?
- Qual o quantitativo de auditores fiscais, por unidade da federação, em exercício nas atividades aduaneiras em portos, aeroportos e demais postos desta natureza no Brasil?
- Qual o custo de pessoal anual, por unidade da federação, relativo aos auditores fiscais em exercício em atividades aduaneiras referidos no item anterior?
- Qual a quantidade de auditores fiscais inativos e o custo de pessoal a eles associado?

JUSTIFICATIVA

A política aduaneira, responsável pelo controle do movimento de mercadorias entre o país e o estrangeiro, no Brasil está a cargo da Secretaria da Receita Federal. Entre os profissionais encarregados das atividades encontram-se os auditores fiscais, atualmente uma das categorias mais qualificadas e bem pagas do Poder Executivo Federal.

As informações requeridas nesta proposição permitirão que se tenha maior clareza quanto às atividades desempenhadas pela Receita Federal e seus

auditores, sobretudo a avaliação custo/benefício da alocação de auditores em tarefas de aduana em prejuízo de outras atividades internas ao território nacional, como a fiscalização e cobrança de tributos de outra natureza.

Motiva-nos a necessidade de refletir sobre a modernização da economia brasileira, a fim de torná-la mais integrada aos fluxos internacionais de comércio, mais eficiente e mais competitiva.

Sala da Comissão, em de maio de 2012.

Deputado Guilherme Campos
PSD/SP